

### PROC. N° TST-E-RR-45.241/92.9

A C Ó R D Ã O (Ac.SDI-3329/95) US/sq

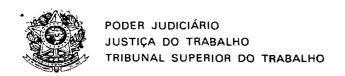
> A contratação de empregado precedida de concurso é forma seletiva de recrutamento de pessoal e, por si só, não pressupõe garantia de emprego, principalmente, quando o edital indica a Consolidação das Leis do Trabalho como o regime jurídico a ser aplicado. Além da Reclamante ser optante pelo FGTS, não indica qual a lei ou regulamento que lhe acoberta com a estabilidade pretendida. Não existindo qualquer prova nos autos de que a dispensa tenha sido por motivo fútil, nem alegada na inicial, tanto que o Regional dele não trata, não pode uma instância superior eleger razões que presume ter podido ocorrer para acatar a reintegração. A presunção não pode ser eleita para fundamentar uma decisão, principalmente quando ela é exceção e não regra.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista, nº TST-E-RR-45.241/92.9, em que é Embargante JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Embargada MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA AMARAL LIMA.

A egrégia 5ª Turma deu provimento ao Recurso de Revista da Reclamante, ao entendimento assim ementado:

# "EMPREGADO PÚBLICO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO PARA SUA DISPENSA.

Impondo a norma constitucional, no caso a Constituição do Estado de Minas Gerais e atualmente a Constituição Federal (art. 37, II), a necessidade de realização de seleção pública para o preenchimento de cargo ou emprego público não é a mera vontade do administrador que determinará a resilição do contrato de trabalho. Afinal o candidato aprovado submeteu-se e cumpriu todas as formalidades e exigências estabelecidas para a aprovação no concurso. Ademais, não seria crível que a Administração Direta ou Indireta ao alienar bens ou contratar obras e serviços tivesse que se submeter às formalidades do procedimento licitatório (art. 37, XXI, da Constituição Federal), sendo que ao dispensar um empregado, aprovado em concurso público, pudesse fazê-lo sem qualquer motivação, própria do ato administrativo vinculado, tal qual ocorre com o empregador particular, cuja atividade desenvolvida pelo empregado em nada se equipara a do empregado de autarquia estadual, pessoa jurídica de direito público, instituída para o desempenho de



## PROC. N° TST-E-RR-45.241/92.9

atividade própria do Estado (art. 5°, I, Decreto-Lei n° 200/67).

Recurso de Revista conhecido e provido." (fl. 301)

Inconformada, a Reclamada interpõe Recurso de Embargos, às fls. 318/324, apontando violação dos artigos 832 e 896 da CLT, 5°, XXXV, e 37, II, da Constituição Federal e contrariedade ao Enunciado n° 126 desta Corte. Transcreve arestos a confronto.

Admitido pelo Despacho de fls. 327/328, impugnado às fls. 329/334, mereceu da Procuradoria-Geral parecer pelo desprovimento.

É o relatório que adoto.

## MÉRITO

1- Não conhecer da preliminar de nulidade, por violação do art. 832 da Consolidação.

2- Continuo entendendo que o concurso público, mesmo em órgão vinculado à administração pública, como a Reclamada, é unicamente forma de seleção de candidatos, não assegurando qualquer outro direito por si só.

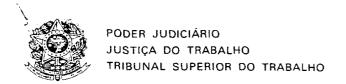
Os autos dão notícia de que o edital de concurso - que faz lei entre as partes - previa expressamente que o regime jurídico de trabalho era o regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e que a Reclamante havia, ao ser admitida, optado pelo regime do Fundo de Garantia.

A rescisão contratual se deu sem justa causa e a reclamante não alega, em seu favor, qualquer parcela salarial que por ventura não tenha recebido.

O seu pleito é único e se refere à reintegração no emprego.

Quando do julgamento do RR-5359/90.8, tive oportunidade de sustentar, com a maioria da Turma, a mesma tese que ora apresento, dizendo naquele voto:

> "A decisão recorrida aplicou corretamente o direito subsumível na espécie, vez que o vínculo formado entre os autores e a reclamada foi o trabalhista desde a contratação, precedida de concurso, que é uma forma seletiva de recrutamento de pessoal, para regime previamente constituído na lei (celetista com opção pelo FGTS), observado tanto por pessoas jurídicas



#### PROC. N° TST-E-RR-45.241/92.9

de Direito Público quanto de Direito Privado. Tal forma de recrutamento, em si, não induz estabilidade, senão o regime jurídico a que se concorre. O que importa na hipótese é a natureza da relação jurídica existente, no caso, a contratual e não a estatutária.

E este ordenamento assegura ao empregador, no caso a autarquia estadual, equiparar-se para todos os efeitos ao empregador privado, via de conseqüência o direito de resilição contratual. Está sujeito a todas as normas trabalhistas que regulamentam a relação jurídica de emprego mantida pelas empresas privadas".

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para restabelecer a decisão do Egrégio Regional.

## ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer os embargos quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional e nem quanto às alegadas violações legais e constitucionais, mas conhecê-los por divergência jurisprudencial e, no mérito, por maioria, acolhê-los para restabelecer o v. acórdão regional, vencido o Excelentíssimo Senhor Juiz Euclides Rocha (Convocado), relator, e os Excelentíssimos Senhores Ministros Manoel Mendes, revisor, Vantuil Abdala e Leonaldo Silva, que os rejeitavam. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Ursulino Santos.

Brasília, 05 de setembro de 1995.

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
URSULINO SANTOS
REDATOR DESIGNADO

ERMES PEDRO PEDRASSANI

Ciente:

AFONSO HENRIQUE LUDERITZ DE MEDEIROS SUBPROCURADOR-GERAL DO TRABALHO